



Ilustríssimo Senhor Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas do DF,

Como Pregoeiro-Substituto, incumbido de realizar o procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o nº 18/2014, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na contratação, por meio de execução indireta, de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, para o atendimento de diversas unidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), venho, por meio deste, submeter à sua apreciação o recurso apresentado pela empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME (fls.1954/1958) – doravante denominada RECORRENTE – contra os atos de sua inabilitação, bem como de aceitação da proposta e habilitação do objeto do Pregão em epígrafe para a empresa CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. – doravante denominada empresa Capital Informática.

DO RECURSO

2. A RECORRENTE alega em sua peça recursal, em síntese, que foi desclassificada do certame por não ter apresentado atestado de capacidade técnica relativa aos serviços específicos de mensageria e secretaria executiva, tendo a Pregoeira habilitada a empresa Capital Informática sem essa ter apresentado os atestados de agente de portaria e mensageria, o que denotaria o emprego de critérios distintos entre as licitantes e afrontaria o princípio da isonomia, nos seguintes termos:

Do Atestado de Capacidade Técnica:

2.1. Para a licitante seria pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de que *“as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não são especialistas no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem*



habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes". Para fundamentar tal assertiva, a RECORRENTE transcreve excerto do relatório da então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos – Adplan do TCU¹ (fls. 1095/1096), que deu origem ao Acórdão TCU Plenário nº 1214/2013 (fls. 1082/1150);

2.2. A RECORRENTE finaliza esse tópico de seu recurso, afirmando que a pregoeira havia alegado que

a matéria havia se esgotado nos autos do processo nº 15.823/13, em razão do parecer exarado pela SELIP (fundamentando por Acórdãos do TCU – Plenário). Porém, a mesma se contradisse ao ignorar o entendimento do próprio Tribunal, ao inabilitar a Recorrente por falta de atestado de capacidade técnico específico, sendo dispensável conforme entendimento transcrito acima (sic).

2.3. Aduz ainda, a RECORRENTE, que o edital de Pregão Eletrônico TCDF teria como orientação o processo licitatório nº 08/2011 – TCU, para serviços de mensageria, no qual não existiria qualquer exigência de comprovação de atestado de capacidade técnica específico, solicitando que o mesmo entendimento seja aplicado no presente caso.

Da Restrição à Livre Concorrência:

2.4. A RECORRENTE afirma que exigir atestados específicos para a mão-de-obra licitada restringe deliberadamente a concorrência e não observa a vedação constante do §1º, I do art. 3 da Lei nº 8.666/93². Ressalta a licitante que tal dispositivo legal visa coibir a exigência infundada, dirigida exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa.

2.5. Segundo a RECORRENTE, nos últimos 3 (três) anos ou mais não é de seu conhecimento que uma empresa tenha apresentado atestado de capacidade técnica para serviços de mensageria, oriundo de contratos com a iniciativa privada. Dessa forma, a exigência de tal atestado restringiria a concorrência àqueles que já prestam esses serviços ao Poder Público, afastando a oportunidade de empresas idôneas que apresentam e querem contratar com a Administração.

2.6. Além disso, a RECORRENTE alega que apresentou atestados

que exigem alto grau de complexidade, de mão de obra técnica e especializada, como serviço de saúde bucal e marcenaria e provamos conseguir gerenciar com tranquilidade postos acima de 50% do demandado pelo edital.

¹ Reproduzido pela própria licitante ao encaminhar os documentos de sua habilitação (fls. 1408/1409).

² "Art. 3º (...)

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)".



Do Ferimento ao Princípio da Isonomia e legalidade:

2.7 A RECORRENTE alega que

apresentou proposta mais vantajosa à administração pública, porém foi desclassificada em virtude do não atendimento ao disposto no Capítulo XIV, 14.3, IV que trata da apresentação de atestado de capacidade técnica de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria.

2.8 Afirma que, ao habilitar a RECORRIDA, tratamento desigual teria sido dado por parte da Pregoeira, pois a empresa não teria apresentado atestados de agente de portaria e mensageria, mesmo após solicitação da Pregoeira, descumprindo o mesmo item do edital supracitado. Dessa forma, tal conduta afrontaria o princípio da isonomia previsto no art. 37, XXI da Constituição Federal e no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

2.9 Conclui, a RECORRENTE, ao considerar que os critérios para a desclassificação dessa não foram os mesmos utilizado para apreciar a classificação da empresa Capital Informática, que a sua proposta deve ser classificada e considerada habilitada para fins de prestação dos serviços, uma vez que encontra-se devidamente ajustada ao ordenamento do edital.

3. Ao final, a RECORRENTE faz as seguintes solicitações:

A) Seja dado provimento ao presente RECURSO e, consequentemente, seja revogada a decisão que declarou vencedora a empresa CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, pois as ilegalidades apresentadas trarão máculas ao interesse público, e se não for corrigida a tempo, redundará em decretação de nulidade de todo o certame e dos demais atos que a ele sucederem;

B) Sucessivamente ao conhecimento do presente recurso, requer a Vossa Senhoria a reconsideração do ato administrativo, realizando a volta à fase de aceitação de proposta, nos termos do Artigo 25, § 5º do Decreto Federal nº 5.450/2005, habilitando a empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME;

C) Alternativamente, caso o requerimento anterior não seja viável, requer-se a desclassificação da empresa Recorrida, por também deixar de apresentar atestados de capacidade técnica de agente de portaria e mensageria, além de ter havido aplicação de critérios subjetivos para análise de compatibilidade e pertinência, os quais são defesos por Lei;



D) Caso ainda não seja o entendimento de Vossa Senhoria, requer seja o presente recurso encaminhado à autoridade superior competente, a fim de que os pedidos ulteriores sejam apreciados, esgotando-se, assim, a via administrativa, o que possibilitará ao recorrente o ingresso com ação judicial, caso os pleitos no órgão superior não sejam atendidos;

E) Por fim, caso os requerimentos sejam refutados, corroborando pela adequação do resultado, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão (sic).

DAS CONTRARRAZÕES

4. No prazo previsto no inciso XVIII, do art. 4º da Lei nº 10.520/02, a empresa Capital Informática registrou suas contrarrazões no Sistema do Comprasnet (fls. 1959/1961) das quais apresentamos, em síntese, os seguintes argumentos:

4.1. que sua proposta atendeu a todas as exigências do edital, tendo sido declarada vencedora do certame corretamente, pois os atestados apresentados por essa claramente demonstram a similaridade dos postos e funções com os exigidos pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2014;

4.2. que

A empresa Recorrente, foi desclassificada, de forma correta, por não ter atendido as formalidades e exigências previstas no edital e seus anexos, no que tange as comprovações de quantitativo, funções e postos de serviços exigidos através de Atestados de Capacidade Técnica. Infelizmente os Atestados apresentados pela empresa Recorrente são falhos, fato este que acarretou em sua correta desclassificação. Os referidos documentos, juntados ao processo, não demonstram nem de perto qualquer similaridade entre as postos/funções/cargos previstos no edital.

4.3. Conclui que

Pelo entendimento da Recorrente, poderia uma empresa que execute contratos de copa e cozinha, aventurar-se em administrar com a mesma eficiência contratos com postos de serviço de Secretaria Bilingue, Help Desk, Segurança ou Brigada? Obviamente que não!



4.4 Também entende a empresa Capital Informática que não merece prosperar o argumento de melhor lance ofertado pela RECORRENTE, pois

Inicialmente a empresa Premiere, na classificação geral do Pregão, ficou atrás da empresa Capital com o valor ofertado de R\$ 1.333.300,00, posteriormente, quando convocada para desempate a Recorrente, alterou sua proposta ofertando um lance com apenas R\$ 0,01 (R\$ 1.333.249,99) de diferença para a proposta desta Recorrida (R\$ 1.333.250,00).

5. Por fim, a empresa Capital Informática requer que se julgue improcedente as pretensões deduzidas no recurso interposto pela empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME e a manutenção da decisão que declarou a empresa CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. vencedora do certame.

DOS COMENTÁRIOS

6. Preliminarmente, informo que os registros do recurso e o das contrarrazões foram tempestivos.

7. A presente análise do Recurso interposto e das respectivas contrarrazões irá seguir a ordem das razões apresentadas pela RECORRENTE, transcritas no §2º desta Instrução, de modo abordar todos os pontos suscitados pela empresa desclassificada.

Do Atestado de Capacidade Técnica:

8. Cabe destacar inicialmente a discordância com a assertiva de que as empresas de serviços terceirizados não são especialistas nos serviços a serem prestados e sim na administração da mão-de-obra, uma vez que tal entendimento não condiz com conceito de terceirização lícita no âmbito da Administração Pública. É importante esclarecer que a terceirização de serviços é a transferência de determinadas atividades de uma pessoa jurídica (pública ou privada) a uma empresa contratada para essa finalidade, com os seguintes objetivos: a) permitir a redução de custos operacionais; b) maximizar a qualidade dos serviços prestados à clientela,



devido à especialização do terceirizado; e c) permitir a concentração do organismo em suas atividades-fim, com vistas à maior especialização, racionalização de recursos e qualificação do produto, mediante a transferência para terceiros da execução das demais atividades, ditas acessórias, instrumentais e auxiliares (atividades-meio), objetivo esse também conhecido como teoria do foco³.

9. Nesse sentido, Helder Santos Amorim define a terceirização na administração pública como uma

técnica de organização administrativa por meio do qual os órgãos e entes públicos, para obterem auxílio no exercício eficiente de suas competências, contratam da iniciativa privada as tarefas de apoio administrativo legalmente autorizadas, sob o regime contratual especial de Direito Administrativo⁴.

10. Por exemplo, quando se contrata serviços de limpeza no âmbito da Administração Pública, requer-se que a empresa seja especialista nesses serviços, e não apenas disponibilize serventes de limpeza. De igual modo quando se contrata serviços de vigilância patrimonial deseja-se a contratação de empresa especializada nesses serviços e não apenas a disponibilização da figura do vigilante. De forma análoga, na presente contratação se requer que a empresa já tenha prestado serviços compatíveis com as atividades que estão sendo contratadas.

11. Helder Santos Amorim adverte ainda que o mero fornecimento de mão-de-obra é considerado irregular pelo Direito do Trabalho, *verbis*:

Por sua vez, tratando-se a terceirização de uma espécie de contratação de atividades, a noção logo exclui as subcontratações interempresariais destinadas ao mero fornecimento de mão-de-obra subordinada, traduzidas na figura jurídica da locação de mão-de-obra. (...)

A prática da locação de mão-de-obra subordinada, classicamente repudiada pelo Direito do Trabalho (tanto que, atualmente, no Brasil, a prática somente é admitida em regime excepcional de trabalho temporário), não raro é levada a efeito sob o manto da terceirização em face da proximidade dinâmica entre as duas figuras, para beneficiar-se das justificativas teórico-científicas que sustentam a terceirização. No entanto,

³ VIANA, Márcio Túlio. **Terceirização e sindicato: um enfoque para além do jurídico**. Revista LTr, São Paulo, vol. 67, nº 07, julho/2003, pp. 779.

⁴ AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no Serviço Público: à luz da nova hermenêutica constitucional**, 1ª ed., São Paulo: LTr, 2009. p.93.



as diferenças fenomenológicas já se encontram perfeitamente apreendidas e reguladas pelo Direito (...).⁵

12. Observa-se da análise dos diálogos, mantidos entre a Pregoeira e a RECORRENTE, durante a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 18/2014, no dia 22/05/2014, constante da Ata de fls. 1935/1953, transcritos abaixo, que em nenhum momento foi dito que a matéria havia se esgotado nos autos do presente processo, em razão de parecer exarado pela SELIP (fls.1253/1266), o que foi solicitado à empresa foi o envio de “mais Atestados de Capacidade Técnica compatíveis com as atividades dos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageiro, itens 3.5, 3.9 e 3.10 do Anexo I do Edital, respectivamente”, bem como que a mesma atentasse para “a análise da Impugnação constante dos autos do Processo-TCDF nº 15823/13, disponível no sítio do TCDF (www.tc.df.gov.br), link: Consulta Processo do TCDF, Processo nº 15823/2013”.

Pregoeiro	22/05/2014 15:53:50	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, o senhor possui mais Atestados de Capacidade Técnica que compatíveis com as atividades dos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageiro, itens 3.5, 3.9 e 3.10 do Anexo I do Edital, respectivamente
Pregoeiro	22/05/2014 15:56:41	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Atentar para o disposto no item 14.3, IV do Edital
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:57:33	Prezada Pregoeira, encaminhamos toda a documentação, inclusive Acórdão do TCU sobre atestados de capacidade técnica.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:59:25	Nós, como todas as participantes, somos especializadas em cessão de mão de obra, para qualquer fim. Temos capacidade de gerenciar qualquer tipo de mão de obra. Exigir atestados com exatamente as mesmas funções do objeto limita a concorrência e não possibilita à Administração a contratação mais vantajosa.
Pregoeiro	22/05/2014 15:59:54	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, atente para a análise da Impugnação constante dos autos do Processo-TCDF nº 15823/13, disponível no sítio do TCDF (www.tc.df.gov.br), link: Consulta Processo do TCDF, Processo nº 15823/2013
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:59:55	Portanto, são esses os Atestados que temos a apresentar.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:00:32	Correto. Faremos a leitura indicada.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:05:56	Nós, como todas as participantes, somos especializadas em cessão de mão de obra, para qualquer fim. Temos capacidade de gerenciar qualquer tipo de mão de obra. Exigir atestados com exatamente as mesmas funções do objeto limita a concorrência e não possibilita à Administração a contratação mais vantajosa.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:05:56	Correto. Faremos a leitura indicada.

⁵ AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no Serviço Público: à luz da nova hermenêutica constitucional**, 1ª ed., São Paulo: LTr, 2009. p.49.



Pregoeiro	22/05/2014 16:18:58	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, teremos de desclassificá-lo pelo não atendimento ao disposto no item 14.3, IV do Edital em razão da não apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a execução das atividades relacionadas aos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageria, essenciais à execução do objeto a ser contratado
Pregoeiro	22/05/2014 16:20:55	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Conforme entendimento constante dos autos do Processo-TCDF nº 15823/13 (Relatório - SELIC, e-doc nº 7C756033; Nota nº 157/2014-CJ e Despacho nº 228AA/2014-SEGEDAM)
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:23:49	Sendo esse o entendimento, aguardaremos a fase de recursal.

13. Cabe lembrar a impugnação ofertada pela empresa SERVILIMPE SERVIÇOS GERAIS LTDA. (fls. 1229/1232), cuja análise feita pela Pregoeira, constante do relatório de fls. 1253/1266 (§§ 20 a 29), acatada pela SELIC e acolhida pela Consultoria Jurídica conforme Nota nº 157/2014 – CJ (fls.1269/1277), foi ratificada pela Autoridade Competente por meio do Despacho nº 228/14 – Segedam (fls. 1278). A conclusão foi no sentido de que

a exigência de Atestados de Capacidade Técnica específicos para cada um dos quatro tipos de postos de serviço se deve ao fato de que estes exercerão atividades específicas e distintas umas das outras, conforme disposto nos itens 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11 do Anexo I do Edital, sendo de fundamental importância que a licitante demonstre experiência prévia nas referidas atividades, de modo a garantir uma correta execução contratual.

Reitera-se, conforme análise da citada impugnação, a necessidade de comprovação da experiência prévia da licitante nas a prestação das quatro atividades a serem exercidas no âmbito do contrato em tela, a saber:

20. Em relação aos argumentos apresentados pela empresa SERVILIMPE SERVIÇOS GERAIS LTDA., cumpre esclarecer, inicialmente, que a exigência de Atestados de Capacidade Técnica específicos para cada um dos quatro tipos de postos de serviço se deve ao fato de que estes exercerão atividades específicas e distintas umas das outras, conforme disposto nos itens 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11 do Anexo I do Edital, sendo de fundamental importância que a licitante demonstre experiência prévia nas referidas atividades, de modo a garantir uma correta execução contratual.

21. Acerca deste tema, O TJ/SP entendeu que as exigências de atestados de comprovação de execução do objeto não “configura desvio de finalidade do ato administrativo; ao contrário, já que no procedimento licitatório, dada as especificidades do serviço contratado, a capacidade técnica dos concorrentes deve, com efeito, ser comprovada por critérios reputados seguros. Não compete ao Poder Judiciário refutar os parâmetros para tal aferição, quando não eivados de ilegalidade. A alegação de ‘exagero’ da exigência, não macula o poder discricionário do ato



administrativo, tampouco malhere a previsão do artigo 30, § 1º, I, Lei de Licitações, acerca da qualificação técnica das licitantes, porquanto o requisito questionado não desborda dos limites da razoabilidade do ato administrativo". (TJ/SP, Apelação Cível com Revisão nº 315.027-5/3-00, Rel. João Carlos Garcia, j. em 11.03.2009)

22. Todavia, ressalta-se que não foi exigido em Edital que os atestados abarquem todos os serviços, podendo esses ter sido executados em contratos diversos. Em suma, a empresa poderá apresentar atestados diversificados, de modo a comprovar a prestação das quatro atividades a serem exercidas no âmbito do contrato em tela⁶.

14. Cumpre ressaltar, aqui, que a comprovação do exercício das atividades, relativas aos postos de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, não se confunde meramente com a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica que certifiquem serviços com a nomenclatura exata de: "técnico em secretariado", "receptionista", "agente de portaria" e "mensageiro", devendo haver, isso sim, uma compatibilidade nas atividades desenvolvidas. Até porque, em um determinado órgão ou empresa que vier a emitir um atestado de capacidade técnica para algum prestador de serviço, poderia denominar o agente de portaria de "porteiro" ou "receptionista" e o mensageiro poderia ser denominado de "emissário" ou mesmo de "auxiliar administrativo", e mesmo assim as atividades exercidas pela empresa poderiam ser compatíveis com as ora licitadas.

15. Cabe destacar que o próprio Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2014 informa expressamente em seu item 6.3 (fls. 952), que a nomenclatura de "mensageiro" foi adotada, em razão da existência de cargo público em extinção, no âmbito do TCDF, com a denominação de "auxiliar administrativo". *Verbis*:

6.3 Em relação ao posto de mensageiro, foi adotado como paradigma salarial a categoria de auxiliar administrativo, evitando-se utilizar tal denominação no presente Termo de Referência, em razão da existência de cargo em extinção no âmbito do TCDF com tal denominação.

16. Assim, foi sob essa ótica que foram analisados os atestados apresentados pela RECORRENTE, conforme quadro resumo abaixo, tendo a Pregoeira Titular inabilitado a empresa pelo não atendimento ao disposto no item

⁶ Transcrição de trecho do relatório da Selic de fls. 1253/1266.



14.3, IV do Edital⁷, pois não foram apresentados atestados de capacidade técnica que comprovassem a execução das atividades inerentes aos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageria, essenciais à execução do objeto a ser contratado.

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA RECORRENTE			
Fls.	Emissor	Comprova o exercício das atividades correspondentes aos postos de:	Observação:
1395/1396	CBM/DF	Auxiliar em saúde bucal.	Não exigido pelo edital
1397/1398	CNJ	Auxiliar de Estoquista, carregador de bens e materiais e supervisão.	Não exigido pelo edital
1399/1400	FUNAI	Motorista.	Não exigido pelo edital
1401/1402	FUNAI	Carregadores de móveis.	Não exigido pelo edital
1403/1404	MDA	Marceneiro.	Não exigido pelo edital
1405/1406	MRE	Encarregado Geral, Auxiliar de Encarregado Geral, Supervisor e Recepcionista.	Atendeu ao disposto no item 14.3, IV apenas no que se refere à comprovação das atividades relacionadas aos postos de recepção.

17. Frise-se que, antes de se proceder à inabilitação, foi solicitado à RECORRENTE o envio de outros Atestados de Capacidade Técnica, com o fito de comprovar a prestação de serviços nas atividades requeridas, tendo essa informado que não os dispunha, conforme transcrição dos diálogos, contida no §12 dessa instrução.

18. Por fim, em relação a esse tópico, cabe esclarecer que este Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), mesmo considerando a existência da Súmula nº 222 do TCU⁸, não se vincula automaticamente aos dispositivos constantes de acórdão do TCU, em especial a entendimento contido em trecho do relatório da então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos – Adplan do TCU (fls. 1095/1096), que deu origem ao Acórdão TCU Plenário nº 1214/2013 (fls. 1082/1150).

⁷ “IV. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (art. 30, §1º da Lei nº 8.666/93), que comprove(m) ter a empresa executado, ou esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características semelhantes ao do objeto licitado. Deverá(ão) constar as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados que comprove(m) a prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria”.

⁸ “SÚMULA Nº 222

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.



19. Nesse sentido, esclarece-se que nos autos constam cópias de trechos de termo de referência do TCU (fls. 27/35), bem como cópia do Contrato TCU nº 13/2011 (fls. 151/199), apenas para fins de comparação das especificações e aferição do custo orçado para a contratação dos serviços (fls. 321), e não para servir de orientação integral para o todo o procedimento licitatório.

Da Suposta Restrição à Livre Concorrência:

20. A exigência dos Atestados de Capacidade Técnica, constante do item 14.3, IV, do Edital do Pregão Eletrônico⁹, encontra respaldo legal no art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/1993¹⁰ e não constitui restrição deliberada à concorrência, uma vez que esse dispositivo tem por objetivo avaliar a qualificação técnica dos licitantes, de forma a aferir se eles dispõem dos conhecimentos e da experiência para satisfazer o contrato administrativo que será celebrado.

21. Note que a exigência de habilitação técnica encontra respaldo constitucional no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e não constitui restrição ao caráter competitivo das licitações conduzidas pelo Poder Público¹¹, *verbis*:

CF / 88

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de

⁹ O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

(...)

IV. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (art. 30, §1º da Lei nº 8.666/93), que comprove(m) ter a empresa executado, ou esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características semelhantes ao do objeto licitado. Deverá(ão) constar as especificações técnicas dos serviços e quantitativos executados que comprove(m) a prestação de serviços de apoio administrativo de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria

¹⁰ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos **com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

¹¹ Vide Acórdão TCU Plenário nº 1.942/2009.



licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

22. Nesse sentido é esclarecer o Acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial (Resp) nº 1.257.886 / PE, ao afirmar que não fere o princípio da igualdade entre licitantes e nem a competitividade do certame a exigência de experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, *verbis*:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. PROVA DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA NO DESEMPENHO DE ATIVIDADES SIMILARES OU CONGÊNERES AO OBJETO LICITADO.

1. Trata-se, na origem, de mandado de segurança com o objetivo, entre outros, de reconhecer a ilegalidade de cláusula editalícia que prevê, a título de demonstração de qualificação técnica em procedimento licitatório, a comprovação de experiência anterior em exercício de atividades congêneres ou similares ao objeto da licitação.

2. A instância ordinária reconheceu a ilegalidade dessa cláusula por entender que havia significante abalo ao princípio da competitividade, com ofensa ao art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

3. Nas razões recursais, sustenta a parte recorrida ter havido violação ao art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93, ao argumento de que a exigência editalícia de prévia experiência no desempenho de atividades objeto da licitação não viola o princípio da igualdade entre os licitantes, na perspectiva de que a Lei de Licitações prevê que a qualificação técnica assim o permite. Aponta, ainda, divergência jurisprudencial a ser sanada.

4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica, nos termos do art. 30, inc. II, da Lei n. 8.666/93.

5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado.

6. Tem-se aí exigência plenamente proporcional pois (i) adequada (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio, a qualificação técnica - o fim visado), (ii) necessária (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais) e (iii) proporcional em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das melhores propostas com base no background dos licitantes).

7. Precedentes desta Corte Superior.

8. Recurso especial provido (Resp nº 1.257.886 / PE, 2ª T., rel. Min. Mauro Campbell Marques). (grifos nossos)



23. No mesmo sentido é Acórdão do STJ no Resp. nº 361.736 / SP, a saber:

“ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PÚBLICA - SERVIÇOS DE LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE CONTAS - EDITAL - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR - CAPACITAÇÃO TÉCNICA - ARTIGO 30, § 1º, I, E § 5º DA LEI N. 8.666/93 - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Dessarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.

In casu, a exigência, prevista no edital, de apresentação de atestados que comprovem a experiência anterior dos participantes na prestação dos serviços objeto de licitação não é abusiva ou ilegal, pois é uma forma de demonstrar sua capacidade técnico-operacional segundo os critérios discricionariamente estabelecidos pela Administração para a execução a contento dos serviços”.(Resp nº 361.736 / SP, 2ª T., rel. Min. Franciulli Netto). (grifamos)

24. Note-se que a interpretação equivocada da RECORRENTE, no sentido de que seria exigido Atestado de Capacidade Técnica com a mesma nomenclatura específica dos serviços, e não como comprovação do exercício das atividades compatíveis com os postos a serem preenchidos, de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, como é o caso em concreto, pode tê-la levado a suscitar a hipótese de restrição do caráter competitivo do certame.

25. Ademais, a não comprovação por parte da RECORRENTE da prestação de serviços relacionados às atividades de técnico em secretariado, agente de portaria e mensageria torna sua inabilitação insuperável, uma vez que referidos postos representam 22 (vinte e dois) dos 35 (trinta e cinco) a serem preenchidos. Ainda, a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica por parte da interessada que comprovam a execução de atividades tais como: auxiliar em saúde bucal, auxiliar de estoquista, carregador de bens e materiais, motorista, carregadores de móveis e marceneiro, os quais não guardam pertinência com o objeto ora licitado, não podem ser aceitos para fins de habilitação, sob pena de ferir-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Da Suposta Violação aos Princípios da Isonomia e da legalidade:

26. Um primeiro ponto a ser esclarecido nesse tópico é que, durante a fase de lances do Pregão Eletrônico, a empresa empresa Capital Informática ofertou o menor lance, no valor de R\$1.333.250,00 para o período de 12 (doze) meses. Entretanto, em razão da necessidade de observar-se o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e no Capítulo IX do Edital do Pregão nº 18/2014 (fls. 909), foi ofertada à RECORRENTE, PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. ME, a oportunidade de cobrir a menor proposta, por ser micro empresa, tendo ofertado o valor de R\$1.333.249,99, ou seja, 1 (um) centavo inferior ao valor proposto pela empresa Capital Informática, conforme se verifica na Ata de fls. 1935/1953. Após o encaminhamento formal da proposta de preços, a RECORRENTE ofertou o montante de R\$1.333.249,44 (fls. 1300/1327) e a empresa Capital Informática, após a inabilitação da RECORRENTE, ofertou o valor de R\$1.333.241,28 (fls. 1920/1928), sendo essa última a de menor valor. Assim, não há que se falar em apresentação da proposta mais vantajosa (menor preço) pela RECORRENTE.

27. Ainda no que pertine à vantajosidade, aliás, a doutrina e a jurisprudência já consolidaram entendimento de que a proposta mais vantajosa não é, necessariamente, a que oferece o menor preço, mas está atrelada ao binômio desembolso da menor quantidade de recursos possível e a melhor e mais completa prestação do serviço. "Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração."¹²

28. Cabe esclarecer, que a Pregoeira deu tratamento isonômico a ambas as licitantes, conforme se verifica na ata de fls. 1935/ 1953, tendo solicitado às empresas os documentos relacionados aos atestados de capacidade técnica. Importa elucidar que a solicitação de envio de atestados referentes às atividades de agente de portaria e mensageiro para a empresa Capital Informática, referente ao dia 21/05/2014 (fls. 1949), deveu-se ao fato de que a Pregoeira Titular, em face do princípio da economicidade, buscou evitar diligenciar os atestados já entregues, o

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. Ver., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.



que não foi possível pois, como se vê nos diálogos, a diligência foi necessária ante a negativa da empresa Capital de possuir outros atestados. No dia seguinte (22/05/2014), foi realizada a convocação do desempate, tendo-se suspenso momentaneamente a análise da documentação da empresa Capital Informática, sido retomada apenas após a inabilitação da RECORRENTE e a chamada de outras entidades preferenciais para o desempate (as demais empresas não se manifestaram), conforme comprova os trechos de diálogos mantidos entre os licitantes, transcritos abaixo, constantes da Ata do Pregão Eletrônico nº 18/2014, *verbis*:

Pregoeiro	21/05/2014 18:00:24	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Senhor licitante, o senhor possui mais algum de Atestado de Capacidade Técnica referente às atividades desempenhadas por agentes de portaria e messageiros?
09.146.381/0001-96	21/05/2014 18:13:23	Sr(a) pregoeira(a), vou analisar mais atestados que possam atender as solicitações e posteriormente, anexando no sistema ok?
Pregoeiro	21/05/2014 18:15:56	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Ok, obrigada!
Pregoeiro	21/05/2014 18:18:02	Senhores licitantes, dado o adiamento da hora, suspenderemos nossa sessão pública e retomaremos amanhã, quinta-feira (22/05/2014) às 15:00 (horário de Brasília)
Pregoeiro	21/05/2014 18:39:27	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Senhor licitante, conforme disposto no Capítulo IX do Edital, teremos que fazer a convocação para desempate, de acordo com os critérios estabelecidos nos termos da Lei nº 123/2006. Portanto, ao reabrirmos a sessão amanhã, daremos início à fase de Desempate ME/EPP
Pregoeiro	21/05/2014 18:41:41	Senhores licitantes, boa noite e até amanhã.
Pregoeiro	22/05/2014 15:00:21	Boa tarde, Senhores Licitantes. Neste momento daremos continuidade ao certame. Permaneçam conectados.
Sistema	22/05/2014 15:00:37	Sr. Fornecedor PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA -, CNPJ/CPF: 01588672000122, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 15:05:37 de 22/05/2014.
(...)		
Pregoeiro	22/05/2014 15:53:50	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, o senhor possui mais Atestados de Capacidade Técnica que compatíveis com as atividades dos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageiro, itens 3.5, 3.9 e 3.10 do Anexo I do Edital, respectivamente
Pregoeiro	22/05/2014 15:56:41	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Atentar para o disposto no item 14.3, IV do Edital
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:57:33	Prezada Pregoeira, encaminhamos toda a documentação, inclusive Acórdão do TCU sobre atestados de capacidade técnica.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:59:25	Nós, como todas as participantes, somos especializadas em cessão de mão de obra, para qualquer fim. Temos capacidade de gerenciar qualquer tipo de mão de obra. Exigir atestados com exatamente as mesmas funções do objeto limita a concorrência e não possibilita à Administração a contratação mais vantajosa.
Pregoeiro	22/05/2014 15:59:54	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, atente para a análise da Impugnação constante dos autos do Processo-TCDF nº 15823/13, disponível no site do TCDF (www.tc.df.gov.br), link: Consulta Processo do TCDF, Processo nº 15823/2013
01.588.672/0001-22	22/05/2014 15:59:55	Portanto, são esses os Atestados que temos a apresentar.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:00:32	Correto. Faremos a leitura indicada.
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:05:56	Nós, como todas as participantes, somos especializadas em cessão de mão de obra, para qualquer fim. Temos capacidade de gerenciar qualquer tipo de mão de obra. Exigir atestados com exatamente as mesmas funções do objeto limita a concorrência e não possibilita à Administração a contratação mais vantajosa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
Secretaria-Geral de Administração
Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Serviço de Licitação

TCDF/SELIC
Fl.: 1978
Proc. 15823/2013
Leonardo

e-DOC 983EAAED
Proc 15823/2013

Pág. 16de 18

01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:05:56	Correto. Faremos a leitura indicada.
Pregoeiro	22/05/2014 16:18:58	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Senhor licitante, teremos de desclassificá-lo pelo não atendimento ao disposto no item 14.3, IV do Edital em razão da não apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a execução das atividades relacionadas aos postos de Técnico em Secretariado, Agente de Portaria e Mensageria, essenciais à execução do objeto a ser contratado
Pregoeiro	22/05/2014 16:20:55	Para PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - - Conforme entendimento constante dos autos do Processo-TCDF nº 15823/13 (Relatório - SELIC, e-doc nº 7C756033; Nota nº 157/2014-CJ e Despacho nº 228AA/2014-SEGEDAM)
01.588.672/0001-22	22/05/2014 16:23:49	Sendo esse o entendimento, aguardaremos a fase de recurso.
Sistema	22/05/2014 16:27:27	Sr. Fornecedor M P SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 13005540000100, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:32:27 de 22/05/2014.
Sistema	22/05/2014 16:32:35	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 16:32:27 de 22/05/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor M P SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 13005540000100
Sistema	22/05/2014 16:32:35	Sr. Fornecedor INOVA CONSULTORIA EM SISTEMAS DE GESTAO LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 04180421000100, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:37:35 de 22/05/2014.
Sistema	22/05/2014 16:37:57	O item 1 teve o 2º desempate ME/EPP encerrado às 16:37:35 de 22/05/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor INOVA CONSULTORIA EM SISTEMAS DE GESTAO LTDA - EPP, CNPJ/CPF: 04180421000100
Sistema	22/05/2014 16:37:57	Sr. Fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferior ao lance vencedor, até às 16:42:57 de 22/05/2014.
Sistema	22/05/2014 16:43:03	O item 1 teve o 3º desempate ME/EPP encerrado às 16:42:57 de 22/05/2014. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor LOGOS ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 19448658000199
Sistema	22/05/2014 16:43:03	Srs. Fornecedores, favor acompanhar aceitação das propostas através da consulta "Acompanha aceitação/habilitação/admissibilidade"
Pregoeiro	22/05/2014 16:52:46	Senhores licitantes, tendo em vista o término da fase de desempate, daremos continuidade à análise da documentação da empresa Capital Informática Soluções e Serviços
(...)		
Pregoeiro (*)	23/05/2014 15:11:02	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Solicito, ainda, o envio do Contrato nº 12/2008, referente ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa Nenen's Veículos; o Edital e Contrato referente Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Ministério das Comunicações; e, o Edital e Contrato referente Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Ministério da Justiça
(...)		
Pregoeiro (*)	23/05/2014 15:17:54	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Solicito, ainda, o envio do Contrato nº 12/2008, referente ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa Nenen's Veículos; o Edital e Contrato referente Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Ministério das Comunicações; e, o Edital e Contrato referente Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Ministério da Justiça
(...)		
Pregoeiro (*)	23/05/2014 16:18:10	Para CAPITAL INFORMATICA SOLUCOES E SERVICOS LTDA - ME - Senhor licitante, solicito, ainda, o Edital e Contrato referente Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Hemobrás
(...)		
Sistema	23/05/2014 17:01:25	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na aceitação'.
Pregoeiro	23/05/2014 17:01:41	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 23/05/2014 às 17:32:00.

(*) Diligências realizadas pela Pregoeira Titular.

29. Assim, conforme a Ata de fls. 1935/1953, a análise dos documentos de habilitação da empresa Capital Informática só foi finalizada em 23/05/2014, com a



comprovação, conforme documentação acostada às fls. 1512/1891, por meio de Atestados de Capacidade Técnica, da prestação de serviços de apoio administrativo, relacionados às atividades dos postos de técnico em secretariado, recepção, agente de portaria e mensageria, cumprindo o disposto no item 14.3, IV do Edital, bem como todos os demais requisitos de habilitação. Ressalte-se que, apesar de os Atestato(s) da empresa Capital Informática não constarem expressamente a nomenclatura de “agente de portaria” e “mensageiro”, foi comprovada a execução das atividades relacionadas a esses postos, previstas nos itens 3.9 e 3.10 do Anexo I do Edital. Abaixo segue quadro resumo da análise dos Atestados apresentados pela empresa Capital Informática:

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA EMPRESA CAPITAL INFORMÁTICA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.			
Fls.	Emissor	Comprova o exercício das atividades correspondentes aos postos de:	Observação:
1512/1601	DPRF	Técnico em Secretariado	Atende ao disposto no item 14.3, IV do Edital no que se refere à comprovação das atividades relacionadas aos postos de Técnico em Secretariado.
1602/1613	Costa e Coimbra Veículos Ltda.	Apoio Administrativo, Técnico em Secretariado, Recepção. Nesse atestado existe ainda a comprovação das atividades de mensageiro e agente de portaria sem nomenclatura específica	Nesse Atestado, além da comprovação das atividades relacionadas aos postos de técnico em secretariado e recepcionista, existe à comprovação das atividades dos postos de agente de portaria e mensageria, compatíveis com as atividades previstas nos itens 3.9 e 3.10 do Anexo I do Edital.
1614/1794	Ministério das Comunicações	Auxiliar Operacional, Recepcionista, e Técnico em Secretariado. Nesse atestado existe ainda a comprovação das atividades de agente de portaria no posto relativo ao auxiliar operacional.	Nesse Atestado, além da comprovação das atividades relacionadas aos postos de técnico em secretariado e recepcionista, existe à comprovação das atividades dos postos de mensageria, compatíveis com as atividades previstas no item 3.10 do Anexo I do Edital, conforme a descrição das atribuições dos postos de auxiliar operacional (fls. 1757/1758).
1795/1890	Hemobrás	Técnico em Secretariado	Atende ao disposto no item 14.3, IV do Edital no que se refere à comprovação das atividades relacionadas aos postos de Técnico em Secretariado.

30. Dessa forma, verifica-se que a Pregoeira Titular habilitou a empresa Capital Informática por ter atendido todos os requisitos editalícios, conforme os entendimentos firmados nos presentes autos, tendo sido observado durante todo o procedimento licitatórios os princípios norteadores da Administração Pública e das licitações, em especial os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, não sendo procedentes as razões recursais apresentadas pela ora RECORRENTE.



CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, tendo em conta as alegações apresentadas pela RECORRENTE, as contrarrazões oferecidas pela empresa Capital Informática e as considerações trazidas à baila, concluímos pelo indeferimento do recurso apresentado pela RECORRENTE, com a consequente manutenção de sua inabilitação e a declaração da empresa Capital Informática como vencedora do certame.

32. Esclarecemos, por oportuno, que o sistema *ComprasNet* prevê o Pregoeiro como responsável, em primeira instância, pela decisão do recurso, sendo que, em caso de decisão pela improcedência, este automaticamente estabelece um duplo grau de jurisdição, delegando à autoridade competente os poderes para prolatar a decisão final, procedimento esse previsto no item 16.3 do ato convocatório (fls. 916), transcrito a seguir:

16.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

33. Assim, a decisão do Pregoeiro foi cadastrada no sistema eletrônico, restando pendente a decisão da autoridade competente (fls. 1962).

34. Após o lançamento da decisão do recurso, em segunda instância, pela autoridade competente, os autos devem retornar ao Pregoeiro para as medidas concernentes.

À superior consideração.

Brasília (DF), em 6 de junho de 2014.

Wildson Prado Oliveira
Pregoeiro-Substituto e Chefe da SELIC

De acordo.

À Secretaria-Geral de Administração.

Brasília - DF, em ____ de junho de 2014.

Leonardo José Alves Leal Neri
Secretário da SELIP